

**Fredie Didier Jr.
Antonio do Passo Cabral
Leonardo Carneiro da Cunha**

**Por uma nova teoria dos
PROCEDIMENTOS
ESPECIAIS
dos procedimentos às técnicas**

2018

1122055



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

P832 Por uma nova teoria procedimentos especiais / Fredie Didier Jr, Antonio do Passo Cabral, Leonardo Carneiro da Cunha. – Salvador: Editora JusPodivm, 2018. 128 p. (Ensaio)

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2139-6.

1. Direito Processual Civil. 2. Procedimentos Especiais I. Didier Jr, Fredie. II. Cunha, Leonardo Carneiro da. III. Cabral, Antonio do Passo. V. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Por uma teoria dos procedimentos especiais..... | 15 |
| 2. Procedimento comum e procedimento especial na doutrina clássica: delimitando os conceitos | 18 |
| 2.1. O procedimento comum: padronização e preferibilidade..... | 18 |
| 2.2. Conceito de procedimento especial..... | 20 |
| 3. Fatores que justificam a criação de procedimentos especiais: o movimento da “tutela diferenciada” e a adaptação legislativa aos “novos” direitos | 25 |
| 4. Características do procedimento especial na literatura tradicional..... | 32 |
| 4.1. Legalidade | 32 |
| 4.2. Taxatividade e tipicidade fechada..... | 34 |
| 4.3. Excepcionalidade..... | 35 |
| 4.4. Indisponibilidade | 36 |
| 4.5. Inflexibilidade | 37 |
| 4.6. Infungibilidade..... | 38 |
| 4.7. Exclusividade..... | 39 |
| 5. Procedimentos especiais opcionais e procedimentos especiais obrigatórios | 40 |

| | |
|---|----|
| 6. Direito à escolha do procedimento..... | 43 |
| 7. O CPC e os procedimentos especiais | 46 |
| 7.1. Procedimentos especiais do próprio Código e da legislação extravagante. A era das codificações: unidade normativa e uniformidade interpretativa..... | 46 |
| 7.2. Criação de novos procedimentos especiais e aperfeiçoamento de procedimentos especiais tradicionais. O caso da ação de oposição | 48 |
| 7.3. Eliminação e pseudoeliminação de alguns procedimentos especiais | 49 |
| 7.4. O caso dos procedimentos especiais do CPC-1939, mantidos em vigor por força do art. 1.218 do CPC-1973. O art. 1.046, §3º, CPC. O problema da ação de dissolução total de sociedade empresária..... | 54 |
| 7.5. Procedimentos especiais da legislação extravagante. O art. 1.046, §2º, CPC..... | 57 |
| 7.6. Remissões ao CPC na legislação extravagante. O art. 1.046, §4º, CPC | 58 |
| 7.7. Diretriz hermenêutica para identificar o impacto do CPC na legislação processual extravagante. Aplicações... | 60 |
| 7.8. Relação entre o procedimento comum e os procedimentos especiais | 65 |
| 7.8.1. Características do procedimento comum brasileiro estruturado pelo CPC-2015 | 65 |
| 7.8.2. A aplicação subsidiária do procedimento comum aos procedimentos especiais..... | 67 |
| 7.8.3. O art. 327, §2º, CPC: flexibilidade do procedimento comum pelas técnicas especiais. O livre trânsito das técnicas especiais entre os procedimentos | 69 |
| 7.8.4. O art. 1.049, par. ún., CPC | 75 |

| | |
|--|------------|
| 8. A necessidade de reformulação da teoria tradicional dos procedimentos especiais à luz do sistema do CPC-2015..... | 77 |
| 8.1. Legalidade e rigidez x flexibilização procedimental..... | 77 |
| 8.2. Previsão enumerativa de procedimentos especiais. Possibilidade de analogia | 82 |
| 8.3. Disponibilidade sobre o procedimento. As convenções processuais e a autonomia das partes..... | 83 |
| 8.4. Novas relações entre o procedimento comum e os procedimentos especiais | 84 |
| 8.4.1. Eficiência e procedimentos especiais. Dos procedimentos às técnicas processuais especiais..... | 84 |
| 8.4.2. Funcionalidade procedimental. Contra a fratura funcional “comum x especiais”. O procedimento comum como habitat adequado a técnicas processuais diferenciadas..... | 88 |
| 8.4.3. De volta ao Código, mas sem unitariedade. Heterointegração e sinergia aplicativa. Complementaridade e compatibilidade da técnica especial ao procedimento comum | 90 |
| 8.4.4. Da subsidiariedade à supletividade. Impossibilidade de aplicação do critério da especialidade..... | 91 |
| 8.4.5. Fungibilidade entre procedimentos especiais. Parâmetros aplicativos..... | 94 |
| 9. O futuro dos procedimentos especiais no contexto do Direito Processual Civil brasileiro atual | 98 |
| 10. Técnicas de diferenciação do procedimento..... | 105 |
| 10.1. Autorização para a concessão de tutela provisória satisfativa | 105 |
| 10.2. Restrições cognitivas ou probatórias..... | 106 |
| 10.3. Proibição de alguns incidentes processuais ou de alguns recursos | 108 |

| | |
|--|------------|
| 10.4. Previsão de fases procedimentais específicas | 109 |
| 10.4.1. Generalidades..... | 109 |
| 10.4.2. O caso do contraditório prévio para a apreciação do pedido de tutela provisória liminar. | 109 |
| 10.5. Fragmentação do julgamento do mérito | 111 |
| 10.6. Redefinição da forma ou do prazo de alguns atos proces- suais | 112 |
| 10.7. Redefinição das situações jurídicas processuais..... | 112 |
| 10.8. Inversão do ônus de iniciativa ou monitorização do pro- cedimento | 114 |
| Referências | 115 |